

## ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS

Thais Helen do Nascimento Santos<sup>1</sup>

José Washington de Moraes Medeiros<sup>2</sup>

**Resumo:** O arquivo (permanente) é uma unidade de informação dotado de fontes primárias (conteúdos informacionais) capazes de (re)construir a verdade a partir do patrimônio histórico-cultural custodiado. No entanto, o arquivo parece subexistir à sua própria condição, uma vez que, diferentemente da biblioteca e do museu, por exemplo, praticamente ainda não conseguiu conquistar a visibilidade social que lhe é devida. À sombra do desfavorecimento e à mercê de pré-conceitos que o representam como algo “morto”, o arquivo permanente é um lócus sócio-pedagógico em potencial, já que mantém a perspectiva de acesso e uso da informação para a construção do conhecimento. Diante disso, este estudo objetiva explorar os serviços complementares dos arquivos permanentes que vislumbrem o acesso e uso de sua documentação, como é o caso da Difusão Cultural (DF) e Ações Educativas (AC). Para tanto, recorreremos a revisão da literatura na busca de reflexão crítica em torno da função sócio-educativa dos arquivos, caracterizando este espaço enquanto fonte de informação na aquisição do saber e formação cidadã.

**Palavras-chave:** Arquivo Permanente. Difusão Cultural. Ações Educativas.

---

<sup>1</sup> Arquivista e mestranda em Ciência da Informação – UFPB ([thaisnascimento.inf@gmail.com](mailto:thaisnascimento.inf@gmail.com)).

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Professor do Departamento de Arquivologia – UEPB ([wash.med@yahoo.com.br](mailto:wash.med@yahoo.com.br)).

## **1 DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, DO CONHECIMENTO E DA APRENDIZAGEM: aspectos gerais**

No ápice do cenário contemporâneo, vislumbramos e nos entregamos ao processo globalizante. Estamos cercados por uma gama de materiais que prometem a tão desejada integração social: celular, computador, notebook, iPod, iPhone, iPad com acesso a internet e redes sociais, dentre tantos outros materiais e recursos. É inegável que estamos *conectados*, que estamos mais próximos (nas nuvens) e principalmente que o nosso processo de comunicação ocorre cada vez mais eficiente e eficaz.

Entretanto, não foi apenas a comunicação e o avanço das denominadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) que foram desenvolvidas e aprimoradas: capitalismo global, globalização da economia, corporações transnacionais, flexibilização do trabalho, classes sociais, nacionalidades, identidades culturais, dentre outros diversos, são termos que se tornaram comuns em nosso cotidiano pelo processo de globalização.

Ianni (2007), um dos renomados cientistas sociais brasileiros, compreende o “globalismo”:

[...] como uma configuração histórico-social no âmbito da qual se movam os indivíduos e as coletividades, ou as nações e as nacionalidades, compreendendo grupos sociais, classes sociais, povos, tribos, clãs e etnias, com as suas formas sociais de vida e trabalho, com as suas instituições, os seus padrões e os seus valores, juntamente com as peculiaridades de cada coletividade, nação ou nacionalidade, com as suas tradições ou identidades, manifestam-se as configurações e os movimentos do globalismo. São realidades sociais, econômicas, políticas e culturais que emergem e dinamizam-se com a globalização do mundo, ou a formação da sociedade global. (IANNI, 2007, p. 183).

Além de elencar diversas características que marcam o contexto político, econômico e social fruto do capitalismo global, Ianni (2007) reflete acerca dos desafios decorrentes dessa nova conjuntura: desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais geradas e/ou agravadas que acarretaram no brotar ou no reaparecimento dos conflitos entre os mais diversos grupos sociais (na busca de espaço e consolidação), no

segregacionismo racial, em estruturas globais de poder especialmente no que tange ao comércio/mercado.

É neste espaço de constantes conflitos, pela busca de cada vez mais espaço e poder, que emerge a Sociedade da Informação:

O uso da expressão “sociedade da informação” para identificar a sociedade contemporânea, centrada numa economia global/informacional e saturada pela eclosão de novas identidades culturais, indica que a qualificação da informação enquanto bem, produto, mercadoria, capital ou qualquer outra palavra e/ou atributo que lhe dê sentido, sobrepõe-se às outras características que possam reconhecer o desenho da sociedade atual. (LIMA; AQUINO, 2009, p. 37).

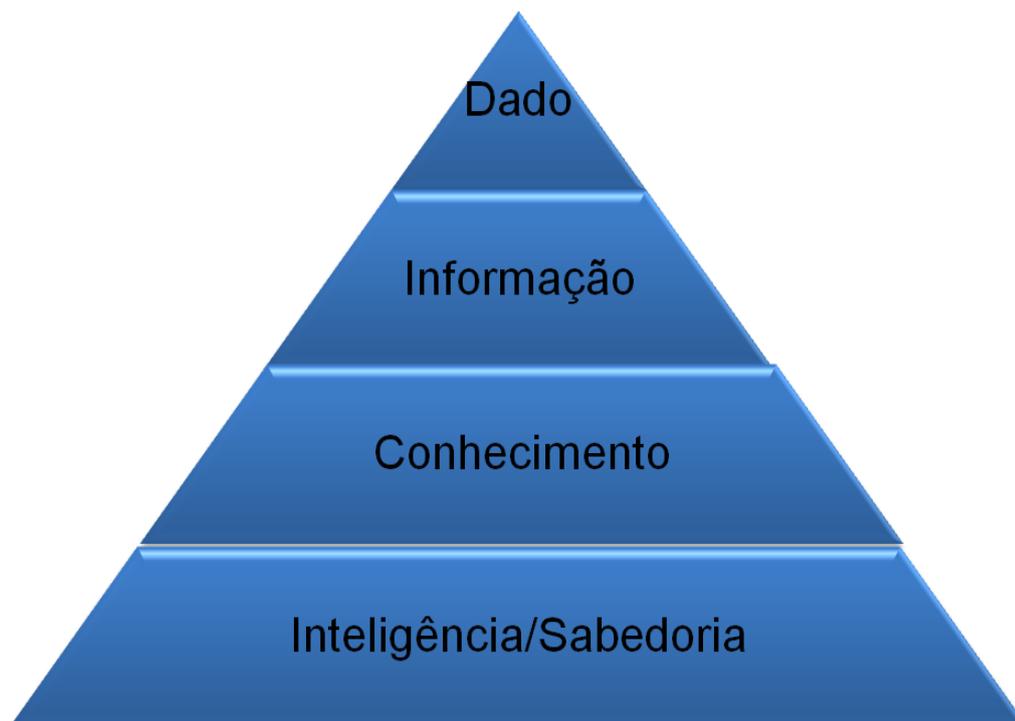
Em outros termos, caracterizamos a Sociedade da Informação como um cenário de configurações que reconhecem a constante necessidade de informação e que desenvolve mecanismos que aprimorem e facilitem a recuperação, o acesso e o uso da informação, independentemente de seu suporte, forma, tamanho e linguagem. Em complemento, Castells (1999, p. 53) afirma que “[...] a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração do conhecimento, de processamento da informação e da comunicação de símbolos”, ou seja, a partir da detecção da necessidade de diálogos e de interação com outras instituições, mercados, nações, a informação destaca-se como elemento primordial para o alcance de objetivos tanto pessoais, quanto organizacionais.

Todavia, dentro do processo capitalista, a informação é tratada como *matéria*, que pode ser apreendida ou não pelo indivíduo (Lévy, 1993). Dessa forma, discute-se que a Sociedade da Informação não mais atende aos requisitos contemporâneos. Recuperação e acesso a informação não é mais o suficiente, precisamos sistematizar, compreender, decodificar cognitivamente a informação, em outros termos, precisamos transformá-la em conhecimento. Este, o conhecimento, requer o domínio de formas de informação sob os processos de construção e armazenamento. Assim, a Sociedade do Conhecimento é assinalada como a que oferece combinações de configurações e aplicações da informação com as TIC's em todas as suas possibilidades (SQUIRRA, 2005). Além disso, a Sociedade do Conhecimento em seu avanço, ampliou a percepção da ciência na conjuntura da Sociedade da Informação estruturando não apenas os mecanismos de recuperação e acesso da informação, mas também o uso apropriado desta.

Já a Sociedade da Aprendizagem, como o âmago das apresentadas anteriormente, possui como principais características que alicerçam a sua discussão: 1) a explosão na produção de informação; 2) a disseminação e acesso da informação no contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) e; 3) a necessidade do sujeito social de aprendizagem permanente. “A articulação dessas características sugere a natureza auto-referente dessa sociedade, em que aprender constitui a ação nuclear” (GASQUE; TESCAROLO, 2004, p. 35).

A consolidação da prática do aprender/construção da sabedoria/inteligência é reflexo de quatro níveis hierárquicos: 1) dado; 2) informação; 3) conhecimento; 4) inteligência/sabedoria conforme apresenta o gráfico a seguir.

**GRÁFICO 1:** Pirâmide – Sociedade da Aprendizagem



**FONTE:** Figueiredo (1999).

A partir dessa representação, entendemos *dado* como os registros simbólicos, passíveis de representação, originando a *informação*, que interpretada e decodificada

pelo indivíduo transforma-se em *conhecimento*, sendo codificado pelo indivíduo e posteriormente compartilhado como *inteligência/sabedoria*.

Diante do globalismo que insere a Sociedade da Informação, a Sociedade do Conhecimento e a Sociedade da Aprendizagem, nesse trabalho objetivamos discutir - a partir de uma revisão ao estado da arte na área da Arquivologia e da Ciência da Informação - acerca do acesso e uso da informação nos arquivos para atender as demandas contemporâneas de interação e socialização através das formas de domínio da informação. Para isso, elucidamos serviços imprescindíveis aos arquivos: difusão cultural (disseminação e acesso) e ações educativas (socialização e uso).

## 2 ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

Até o século XVIII o acesso às informações públicas era um direito restrito a um círculo reduzido de pessoas. Foi apenas com o advento da Revolução Francesa que referido o direito foi estendido a todos os cidadãos. Um outro marco importante para o despontar do direito à informação pública foi a aprovação pelo parlamento norte americano do *Freedom of Information Act*, em 1966. Entretanto, o estudo da digressão histórica do direito de acesso à informação pública há de ser feito em concomitância com o exame das orientações políticas adotadas, em cada período, pelos Estados mantenedores do arquivo, pois somente assim alcançaremos uma melhor compreensão da linha evolutiva do direito. (PEREIRA, 2010, p. 01).

A noção de direito à informação encontra-se no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, fruto da Revolução Francesa. Na realidade brasileira, esse direito é explicitado na Constituição Federal (1988, p. 59) que coloca em seu artigo 216 §2º, que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Tais regulamentações nos apresentam o direito que todo e qualquer cidadão tem a informação. Mas, o que podemos entender como *direito a informação*? Segundo Jardim (2010, p. 02), o direito a informação é uma:

[...] expressão de uma terceira geração de direitos dos cidadãos - carrega em si uma flexibilidade que o situa não apenas como um direito civil, mas também como um direito político e um direito social, compondo uma dimensão historicamente nova da cidadania.

O direito a informação está intimamente relacionado com a ideia de acesso à informação. Para elucidar esse elo, Jardim (2010, p. 03) afirma:

A noção de acesso à informação relaciona-se, portanto, a um direito, mas também a dispositivos políticos, culturais, materiais e intelectuais que garantam o exercício efetivo desse direito. O acesso jurídico à informação não se consolida sem o acesso intelectual à informação. O acesso jurídico à informação pode garantir ao usuário o acesso físico a um estoque informacional materialmente acessível (um "arquivo" no subsolo de um organismo governamental, por exemplo) sem que seja possível o acesso intelectual dada a ausência de mecanismos de recuperação da informação.

O acesso a informação hoje, é um tema amplamente discutido, especialmente no que tange as informações de cunho arquivístico; uma vez que estas são produzidas por atividades administrativas e carregam dados que dizem respeito a estratégias e meios utilizados para o alcance dos objetivos organizacionais (tanto no âmbito de empresas privadas, órgãos públicos, o Estado, dentre outros). Diante do grau de informações sigilosas, os documentos arquivísticos possuem as seguintes categorias:

- **Ultra-secretos:** documentos que requerem medidas de segurança mais acentuadas. Seu uso é restrito a agentes autorizados, ou seja, os responsáveis pelas atividades pelas quais o documento foi produzido;
- **Secretos:** também necessitam de medidas acentuadas de segurança. Suas informações são liberadas aos agentes relacionados com as atividades pelas quais o documento foi produzido, porém com a autorização dos agentes superiores;
- **Confidenciais:** são os documentos que contêm informações que caso divulgadas, possam prejudicar os interesses estatais;
- **Reservados:** esses últimos referem-se aos documentos que são considerados de não interesse ao público geral (JARDIM, 2010).

É válido ressaltar, que esses documentos quando transgredirem a fase corrente e intermediária são direcionados ou não (dependendo de sua avaliação e seleção) a guarda permanente. Todavia, como possuíram categorias de sigilo, seus prazos para acesso ao público em geral são pré-estabelecidos: ultra-secreto até trinta anos, secreto até vinte anos, confidencial até dez anos e os reservados cinco anos de acesso restrito aos agentes envolvidos com as atividades que deram fruto ao documento.

Dessa forma, em contradição ao que está estabelecido em nossa ‘lei fundamental e suprema’ (Moraes, 2011) como é o caso da Constituição Federal, barreiras são impostas desde os primeiros momentos do ciclo dos documentos, no que tange ao seu acesso e uso. O sigilo não é a única barreira encontrada: podemos citar o pouco interesse administrativo de organizações, estados em organização de sua massa documental, quando ainda organizados, o trabalho não é realizado por profissionais devidamente qualificados para tal serviço, acarretando em ineficientes classificações, disposições das informações; dentre outros diversos empecilhos que podem ser elencados de acordo com os múltiplos diagnósticos realizados nos arquivos em todo o país.

Quanto ao uso da informação, concordamos com Choo (2006, p. 119) quando afirma:

O uso da informação é a seleção e o processamento das informações, que resultam em novos conhecimentos e ações. A informação é usada para responder uma questão, solucionar um problema, tomar uma decisão, negociar uma proposição ou dar sentido a uma proposição.

Complementar ao acesso a informação, o uso tem como finalidade provocar uma mudança no estado de conhecimento do sujeito e conseqüentemente em sua capacidade de agir. Choo (2006) em sua reflexão em torno da problemática do uso da informação expõe que os elementos que influenciam o uso da informação estão intrinsecamente relacionados com a educação, treinamento, capacidade crítica, dentre outros adjacentes. Ou seja, o uso da informação, especialmente em unidades de informação, ainda é uma prática restrita a grupos que possuem finalidades eminentemente práticas, profissionais ou intelectuais (FIGUEIREDO, 1999).

Contudo, é visível, mesmo que ainda timidamente, que os cidadãos estão mais conscientes de seus direitos e deveres, e por isso estão ocupando os espaços, antes vazios, dos arquivos públicos. Interessados não apenas em desenvolver grandes ou pequenas pesquisas ou informações que atendam a uma necessidade imediata de informação, os cidadãos estão em busca de conhecer como está se desenvolvendo a política administrativa, econômica e social do meio social em que se encontra inserido. Mas, esse grupo restringe-se aos considerados ‘mais informados’, aos que ocupam espaços como as universidades ou os serviços públicos, ou seja, uma parcela de cerca de

30% da população brasileira. E os demais? Ficarão sempre a mercê da confiança nos representantes políticos responsáveis por sua dignidade de saúde, educação, habitação, lazer? Não terão a oportunidade de participação política e social por falta de informações? Por falta de oportunidades em ter acesso às informações? E os profissionais da informação, que investem longos períodos para a organização de acervos, estão organizando pra quem? Para apenas os 30% em potencial, e isso já satisfaz e corresponde ao todo o seu trabalho? E quanto as funções social e integradora das unidades de informação, estão sendo colocadas em prática de que forma?

Perante a essas indagações, estão sendo discutidas de forma mais ampla, serviços que disseminem ao público em geral, possibilitem acesso, indiquem a melhor forma de uso à informação nos arquivos em sua terceira idade (permanente), em outros termos, está tendo mais visibilidade e colocando gradativamente em prática os serviços de difusão cultural e ações educativas, os quais conheceremos na próxima seção.

### **3 DISSEMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS: os serviços de difusão cultural e ações educativas**

Os arquivos com fins administrativos são aqueles que atendem as demandas da instituição que o criou, sendo também caracterizados por estarem em sua primeira fase. Posteriormente, os documentos passam por um processo de avaliação onde são selecionados aqueles que devem ser eliminados ou os que serão conservados permanentemente com fim de prova e/ou testemunho. Contudo, é na fase permanente ou a terceira idade do ciclo documental, que estes assumem além da função de prova e/ou testemunho a de histórico/cultural. Nesse contexto, caracterizamos como funções primordiais de um arquivo permanente: reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos, em outras palavras, concentrar sob sua custódia, conservar e tornar acessíveis documentos, que posteriormente serão úteis para fins de pesquisa, ou ainda administrativos.

Atrelado as suas funções primordiais, o arquivo deve oferecer serviços à comunidade de disseminação, socialização, acesso, uso e apropriação da informação, como é o caso da difusão cultural e das ações educativas.

Entendemos como difusão cultural em arquivo as atividades por meio das quais se propagam os serviços oferecidos, de acordo com sua cultura organizacional. Em outras palavras, a difusão cultural é uma função complementar às atividades de um arquivo – disseminação da informação – que visa atrair os usuários reais e os potenciais aos arquivos, levando-os a reconhecer a necessidade de informações e a importância do arquivo à construção do conhecimento, uma vez que nessa unidade de informação é organizada e armazenada o patrimônio documental pertencente a um povo, uma cultura, uma sociedade.

O trabalho desenvolvido em um arquivo deve pautar-se em uma visão integradora. Se, por um lado, sua missão é a de reunir, organizar, conservar e disseminar, em que assume uma ação técnica/administrativa, compete-lhe também atuar como um agente cultural.

A partir da implementação das funções complementares ligadas à cultura e à educação, o arquivo passa a ter um papel de mediação cultural. Com isso, como consequência desse novo estado de coisas, os arquivistas devem estar a par de um novo desafio profissional, pois terão de conquistar setores da população que pouco se conhecem entre si. (BELLOTTO, 2002, p. 20).

Vislumbramos, dessa forma, a função social do arquivo em face da cultura e da educação de um determinado espaço. Todavia, a implementação de atividades de difusão cultural ainda é algo recente aos arquivos. Por essa incipiência, é orientado aos arquivistas o contato direto com os profissionais bibliotecários e/ou museólogos, visto que a maior experiência na execução destes serviços potencializa o aprimoramento na realização em arquivos.

Em termos ilustrativos, são atividades de difusão cultural: exposições, eventos, comemorações, a participação do arquivo nas atividades de teatro, assim como nas ações desenvolvidas no ensino fundamental e no médio, entre outras, como:

[...] publicações, tanto de livros, como de revistas e boletins relativas à história regional, à literatura, à geografia, folclore, etc.; organização de eventos comemorativos; programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes; aprimoramento dos circuitos turísticos nos sítios históricos;

espetáculos de teatro e música em torno de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos fora ou dentro de comemorações. Para cada um desses itens se poderia dizer muito e apresentar-se muitas possibilidades e modalidades de programação. (BELLOTTO, 2002, p. 21).

Conforme exposto, são vastas as opções de atividades que podem ser desenvolvidas em arquivo para atrair o público local (estudantes, profissionais, cidadãos de um modo geral) e os turistas. Por isso, é necessário o contato com os profissionais afins, para que o serviço seja oferecido com qualidade e o objetivo socioeducativo seja alcançado.

Pela multiplicidade de atividades que podem ser oferecidas e o contato que se deve ter com outros profissionais, mais uma vez, vem à tona a necessidade do processo de comunicação como um fenômeno maior e essencial, que inclui suas funções e os meios adequados para a específica atividade para a qual foi selecionado. Assim como para a publicidade, com as etapas de anúncio e de divulgação do produto e/ou serviço (conhecimento, compreensão e ação, por parte dos consumidores) e o Marketing empregado, envolve todas as atribuições necessárias: estipulação dos objetivos, análise do ambiente onde as atividades serão desenvolvidas, os recursos para o seu desenvolvimento, a adaptabilidade por parte do público-alvo daquela atividade, a sua ativação, a avaliação da execução e, no fim, o *feedback*, ou seja, o resultado. Dessa forma, é preciso entrelaçar tais teorias, no que concerne às atividades de difusão cultural em arquivos.

As atividades mais utilizadas pelos arquivistas, nesse serviço, são as publicações e as exposições. Esta última é considerada como uma das melhores atividades para se difundir o patrimônio documental de um arquivo. A respeito disso, é válido ressaltar que há controvérsias sobre essa constatação por parte de alguns arquivistas, pois eles colocam que, se o documento de arquivo tem como princípios a proveniência, a organicidade e tantos outros, no caso da exposição, um documento é selecionado e apresentado unicamente fora de seu contexto, quebrando aspectos basilares que configuram o documento de arquivo. Todavia, essa é uma colocação para a qual deve ser dada toda a atenção, porém que não nos ocupamos nessa reflexão.

Em relação às exposições, é necessário planejá-las, pois pontos-chave como tema, duração, escolha dos itens que devem ser apresentados e outros devem ser muito bem definidos.

A exposição há de ser considerada como um meio e não com o fim em si mesma, há de ser um meio para aproximar a sociedade do patrimônio documental, o trabalho realizado no arquivo, para sensibilizar a cidadania de seu valor e da necessidade da sua preservação, contribuindo assim, para o esforço comum de formar cidadãos mais conscientes de sua própria história. A preparação da exposição deve obedecer a fase de atividades sucessivas obrigatórias: orientação e preparação; pesquisa; conceito e configuração preliminar; desenvolvimento (elaboração de textos, catálogo); produção (montagem); inauguração; manutenção e avaliação; desmontagem. (VELA, 2001 *apud* BELLOTTO, 2002, p. 25).

As exposições podem estar relacionadas com temas da realidade local ou acontecimentos especiais de onde o arquivo está inserido, sobre a arquitetura local, a evolução urbanística, diferentes freguesias e localidades, evolução política e outros diversos temas (PEIXOTO, 2009).

Em se tratando das publicações, os primeiros trabalhos suscetíveis são os que se referem aos elementos descritivos dos fundos, das séries e dos documentos que o arquivo custodia: guias, inventários e catálogos. Posteriormente, é possível avançar para outras publicações, que entram no conceito de difusão cultural como, por exemplo:

- *Publicações periódicas na imprensa local* sobre algum tema, a partir de um documento de certa importância naquele momento;
- *Publicação de uma revista*, com periodicidade semestral ou anual, de ciências sociais. Essa atividade pode ter um rendimento social e cultural inestimável;
- Websites, redes sociais na internet: Twitter, Orkut, Hi5, Facebook, MySpace, Windows Live Spaces, entre outros (PEIXOTO, 2009).

Nesse contexto, concordamos com Bellotto (2006, p. 228) quando versa que

[...] cabem ao serviço de ação cultural de um arquivo duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativo no recinto do arquivo.

Portanto, não basta atrair a população para o arquivo, mas oferecer meios para o desenvolvimento da pesquisa, para o bem-estar dentro do acervo e promover recursos que cada vez mais o usuário/cidadão sinta a necessidade de retornar ao arquivo. Tal preocupação concerne aos serviços de ações educativas.

As ações educativas pretendem aproximar dos alunos/cidadãos/pesquisadores os documentos e as fotografias que registram os acontecimentos históricos de uma cidade, estado ou país, para que o arquivo seja um espaço de extensão educativa. No que diz respeito a educação fundamental, não apenas no que se refere ao ensino da disciplina História, mas também da Geografia, da Biologia/Ciências, da Matemática e de outras ciências.

Quando a própria Unesco pensa em uma nova estratégia para a educação continuada, para suas novas formas, para a mobilização de recursos complementares, abre-se uma brecha oportuna aos arquivos: dar uma contribuição significativa introduzindo novos métodos e novos gêneros de material escolar. O arquivo pode fornecer recursos documentais de base não só ao ensino da história política e administrativa, mas a várias outras disciplinas das ciências biológicas, exatas, tecnológicas e, evidentemente, sociais, demonstrando suas atividades e concepções de tempos idos. (BELLOTTO, 2006, p. 233).

O serviço educativo deve ser disponibilizado aos alunos nos arquivos através da relação professor-arquivista. Tais profissionais devem entrar em comum acordo no momento da ação (caracterizada pelo senso comum como “visita”) que os alunos realizarão no arquivo para que não haja arestas por nenhuma das partes na disposição das atividades e dos documentos. Essa interlocução entre tais profissionais é importante para que cada qual saiba o seu espaço e o que deve ser exposto aos alunos: ao arquivista cabe tecer comentários sobre o acervo, os documentos e as demais colocações sobre o arquivo, os serviços e a massa documental, e ao professor, traçar comentários a respeito do que está sendo disposto com base na metodologia que o levou a promover aquela ação ou conteúdo que está sendo ministrado em sala de aula.

Nesse ponto, é válido assinalar que assim como a difusão cultural do acervo, as ações educativas devem partir do arquivo. Ao arquivista carece apresentar as possibilidades da interlocução arquivo-escola: o que o arquivo pode oferecer aos alunos e à escola, os benefícios posteriores à ação educativa, entre outros. As ações bem sucedidas tiveram a iniciativa dos arquivistas, é o que nos mostram as poucas experiências brasileiras e as já consolidadas no exterior, como é o caso da França, da Rússia, da Espanha, de Portugal, entre outros países que investem na projeção cultural do arquivo à sociedade.

Depois de ser procurado pelo arquivista e aceito a participação das atividades com seu alunado, o professor deve planejar e organizar a exposição, a aula no arquivo, a seleção dos documentos e os materiais que serão utilizados, a seleção do melhor espaço, ou seja, nortear e colaborar com o arquivista para a preparação da ação, para que cumpra a sua finalidade: ampliar e dinamizar o conhecimento do alunado acerca de determinado conteúdo.

Vários aspectos devem ser levados em consideração no momento de realizar as ações educativas:

- **A sala onde será realizada:** recomendamos que o arquivo tenha um espaço apropriado para as ações, seja bem iluminado e com estável temperatura, uma vez que fará a utilização de materiais específicos, como: televisão, aparelho de DVD/VHS, lousa, entre outros. Outro aspecto da necessidade de um espaço específico é que, como se trata de uma aula de dinamização, haverá ruídos, e isso pode atrapalhar os pesquisadores e demais usuários;
- **O número de alunos:** consideramos o ideal a quantidade de vinte alunos, para que todos sejam acompanhados. No que concerne a faixa etária, recomenda-se entre catorze e dezenove anos, já que esses sujeitos estão em fase de aprimoramento do conhecimento e no processo de construção identitária e cidadã;
- **Exposição dos documentos:** a exposição, de um modo geral, pode ser feita com cerca de cinquenta a cem documentos, dos quais devem-se reservar de dez a vinte para que os alunos possam lê-los, manuseá-los e, posteriormente, serem realizados os comentários do professor e do arquivista.
- **Seleção dos documentos a serem utilizados:** quanto à seleção dos documentos que serão utilizados na ação, é necessário usar aqueles que cumpram uma dupla característica – valor pedagógico e conteúdo histórico. Sem a seleção prévia da documentação, os alunos podem confundir o volume documental e ter dificuldades em distinguir o documento adequado.

As ações, comumente, iniciam com o arquivista apresentando o espaço do arquivo, sua função, estruturação, fundos documentais, as tipologias e os suportes documentais que organiza. Tal apresentação pode ocorrer sucintamente, através de um vídeo que pode ser produzido pelo arquivo, porquanto essa apresentação é inicial a

todas as ações e as demais que ocorram posteriormente a apresentação de documentos ou fotografias ilustres que o arquivo armazena. Para adentrar no conteúdo específico da ação, é preciso, apresentar o(s) assunto(s) que será(ão) buscado(s) nos documentos (como uma “aula”) e, conseqüentemente, proporcionar o contato com os documentos para que os alunos possam extrair reflexões e conclusões.

Após a ação educativa, outras atividades complementares devem ser estimuladas aos alunos, no intuito de manter a atração pelo arquivo. Bellotto (2002) sugere algumas:

- **Trabalhos de pesquisa histórica:** fomentará o elo entre o arquivista e o(s) aluno(s) para que realizem pesquisas, ainda que sem complexidade, para que sejam motivados a iniciar o conhecimento sobre o uso das fontes primárias de informação;
- **Concursos:** redação, artigos de opinião, monografias, textos em geral; a partir de temas estabelecidos, poderão envolver pesquisas nos documentos do arquivo e destinados aos alunos. Dessa forma, os níveis de experiência exigidos devem ser compatíveis com o conhecimento incipiente que o alunado detém;
- **Exposições:** ilustração com documentos referentes aos assuntos que vão sendo ministrados em sala ou exposições ao público, no âmbito geral escolar, é mais uma forma de perpetuar as atividades educativas no arquivo. Tais exposições ainda podem conter em torno do mesmo tema, documentos de caráter museológico e biblioteconômicos;
- **Campanhas de coleta de documentos:** tais campanhas devem ser estimuladas com os alunos, para que possam formar coleções que teçam a memória local (cidade, estado), escolar, familiar, entre outras.

Sabendo que as atividades do arquivo gerencial se complementam, é válido considerar que para a execução de serviços secundários, como o caso da difusão cultural e ações educativas, as atividades basilares devem está bem desenvolvidas e alinhadas, como a gestão de documentos, conservação e preservação, dentre outras.

A partir do exposto, fica evidente que, para a execução das ações educativas em toda a sua plenitude, é preciso haver diálogos com as demais unidades de informação, assim como estabelecimentos de ensino e outros espaços culturais.

Um serviço educativo de arquivo não deve dispensar a colaboração de outros organismos culturais e pedagógicos: museus, bibliotecas, centros de

documentação, universidades e instituições ligadas ao turismo cultural. Tudo isso sem mencionar o mais próximo de todos: a própria escola. (BELLOTTO, 2006, p. 239).

Paralelamente às ações voltadas para o alunado, os arquivos devem desenvolver a *educação popular*, caracterizada como outra vertente das suas atividades pedagógicas. Fomentamos a participação do aprendizado dos alunos no espaço arquivístico para que possam estabelecer outras perspectivas a seu respeito e disponham dele para suas pesquisas ou aquisição de conhecimentos: meio social inserido, direitos e deveres, entre outros. A educação popular surge, então, como fruto desse processo de ações educativas desenvolvidas na educação básica. Nesse sentido, compreendemos a educação popular como a que fomenta processos educativos voltados para o cidadão que não se encontra nas escolas: “a educação pós-escolar pode completá-lo como cidadão. O conhecimento do meio local da sua cultura pode desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia.” (BELLOTTO, 2006, p. 240).

O desenvolvimento desse serviço requer, no entanto, pequenos ajustes na sistemática de funcionamento do arquivo, como, por exemplo, a ampliação do horário de atendimento e a possível abertura desse espaço nos finais de semana, entre outras, pois esse usuário específico exerce atividades cotidianas que o ‘impossibilitam’ de frequência nos horários comerciais (comumente os horários de funcionamento estabelecidos no arquivo). Nesse caso, cabe ao arquivista estudar e aprimorar os métodos utilizados para pesquisas, de modo a contribuir para que a comunidade faça uso dos arquivos. Percebemos, assim, que o arquivo deve estar apto a atender às várias comunidades de usuários que possa receber. Isso exige um aprimoramento contínuo do profissional e dos instrumentos de pesquisa (que auxiliam significativamente o momento de ações no arquivo).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No cenário dinâmico que caracteriza a Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem, ter acesso à informação é apenas uma das portas de inclusão nas novas demandas sociais. Além do acesso é necessário usar, ou seja,

executar ações de decodificação e codificação para a construção do conhecimento. É nesse processo, quase que linear, que as unidades de informação desempenham papel unívoco no intento de preencher os vazios cognitivos emergentes da cotidianidade das tomadas de decisões.

Sendo o arquivo o responsável pela reunião, organização, conservação, arranjo, descrição e facilitador da consulta aos documentos de prova e testemunho de uma organização seja ela administrativa, jurídica, hospitalar, dentre outros, deve também ocupar-se em atividades que evidenciem suas atribuições.

É nessa busca por visualização e reconhecimento social que o arquivo permanente como fonte primária de informação deve agregar as suas atividades gerenciais, outras complementares que viabilizarão a sociedade a oportunidade de vislumbrar o arquivo como fonte de informação social, histórica, pedagógica, jurídica, administrativa a partir do acesso e uso da sua documentação. Nesse entendimento, que os serviços de difusão cultural e ações educativas tornam-se emblemáticos para a gestão arquivística.

Destarte, esse trabalho preocupou-se na reflexão teórica destes serviços sob a óptica da Arquivologia e da Ciência da Informação. A partir destas perspectivas teóricas, buscamos entender a complexidade em torno do acesso e uso da informação em face da difusão cultural e das ações educativas, no intento de conjecturar o arquivo como um espaço social de mobilização e mudança cidadã. Além disso, contribuir para o arcabouço teórico-reflexivo de um tema ainda escasso nesse campo de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2 ed., Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Como desenvolver políticas de ação cultural e educativa em arquivos**. Projeto Como Fazer. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2 ed., São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. 2 ed., São Paulo: Senac, 2006.

FIGUEIREDO, N. **Paradigmas modernos da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 1991.

GASQUE, K. G. D.; TESCAROLO, R. Sociedade da aprendizagem: informação, reflexão e ética. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.35-40, set./dez., 2004.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 9 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JARDIM, J. M. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação**. Disponível em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o\\_acesso\\_informao\\_arquivstica\\_no\\_brasil.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ mesa/o_acesso_informao_arquivstica_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2010.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Coleção TRANS, Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LIMA, C. B.; AQUINO, M. de A. A construção de identidades afrodescendentes na cibercultura: o olhar da ciência da informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.19, n.1, p. 37-43, jan./abr., 2009.

MORAES, A. de. **Direito constitucional**. 27 ed., São Paulo: Atlas, 2011.

PEIXOTO, Pedro de Abreu. **A ação cultural no Arquivo Municipal de Vila Real**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2009.

PEREIRA, A. L. G. **O acesso aos documentos históricos mantidos em arquivo pelo Estado: análise sobre o prisma do direito constitucional à verdade histórica e do postulado normativo da proporcionalidade**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=14614>>. Acesso em: 22 maio 2010.

---

SQUIRRA, S. Sociedade do Conhecimento. In: MELO, J. M.; SATHLER, L. (Orgs.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.